



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 191, DE 1994 (DO SR. VALDEMAR COSTA NETO E OUTROS)

Institui o voto facultativo.

(APENSE-SE À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 190,
DE 1994)

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Artigo Único. A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - o § 1º do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14

§ 1º O alistamento eleitoral é

I - obrigatório para os maiores de dezoito anos;

II - facultativo para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos."

II - é acrescido ao art. 14 o seguinte § 2º, renumerando-se o atual § 2º e subsequentes:

"§ 2º O voto é facultativo."

III - o inciso XV do art. 49 passa a vigorar com a seguinte redação:

"XV - autorizar referendo e convocar plebiscito, com voto facultativo."

Justificação

O sufrágio é um direito do cidadão, que se funda no princípio da soberania popular e no seu exercício, por meio do voto.

O voto é, pois, o ato fundamental do exercício do direito de sufrágio, que se manifesta também como ato de função participativa, v.g., o plebiscito e o referendo.

Constituindo um direito, não pode ser o voto obrigatório, vez que não se pode obrigar o cidadão a exercer um direito. Sobejam razões justificadoras desse entendimento, mas a principal delas é que a maioria dos países ocidentais consagra em seus ordenamentos jurídico-constitucionais o voto facultativo.

Com efeito, de cinquenta e seis países pesquisados durante os trabalhos da revisão constitucional, apenas dez admitem a obrigatoriedade do voto, sendo que, na Áustria, o voto é obrigatório em apenas três províncias e, na Suíça, em um pequeno número de cantões. Na Espanha, o voto obrigatório é restrito às eleições dos representantes de famílias e das coletividades locais. Na vizinha Argentina, onde o voto até há pouco tempo era obrigatório, tornou-se facultativo.

A obrigatoriedade do voto foi de capital importância para um período da história brasileira caracterizado pela consolidação de nossa Democracia. Entretanto, superado esse estágio, pela prática do próprio voto e crescente conscientização de grande camada da população brasileira, tal exigência constitucional vem mostrar-se ineficaz, imprópria e até mesmo incompatível com as liberdades democráticas.

Não há como obrigar o cidadão a exercer o dever de voto, como vêm provar as apurações do último sufrágio, cujas abstenções chegam à elevada cifra dos dezessete por cento do eleitorado brasileiro, total equivalente a aproximadamente dezesseis milhões de eleitores.

Lembre-se, ainda, o número elevadíssimo de votos em branco e nulos, fato que vem sendo atribuído, pela grande imprensa, a um generalizado protesto da população contra as classes políticas, o que, na verdade, pode não passar de cidadania irresponsável, mero pendor para o chiste ou puro e simples desinteresse. Não há como atribuir-se qualquer intenção mais séria a essa grande massa do eleitorado, mas a imprensa continuará valendo-se de fatos como esse para denegrir a imagem da classe política.

Pode-se esperar que com a redefinição do voto, como um direito do cidadão, exercido facultativamente por aqueles que se dispõem a participar responsabilmente do processo político e do debate implícito em cada eleição, o

número de votos nulos e brancos venha a revelar-se praticamente inexistente, desaparecendo, portanto, a voluntariedade que se lhes quer atribuir, de protesto político.

Em benefício do aprimoramento de nossa Democracia, da ascensão de nível do debate político e das próprias classes políticas, o voto facultativo vem se impor como um claro sinal de maturidade política de nosso eleitorado, valorizando a escolha daqueles que se dirigem às cabines eleitorais para exercer o seu direito de escolha e intervenção nos destinos da nação, e excluindo do processo aqueles que dele já não participam por consciência de livre e espontânea vontade. Só a liberdade pode gerar a verdade e eliminar as distorções do presente processo eleitoral.

Acresce ainda que o voto facultativo é meio eficaz, no sentido de propiciar a participação responsável do eleitor no processo político-eleitoral, até porque a voluntariedade que se pretende atribuir ao exercício de um direito, estimula e

PROPOSICAO: PEC

AUTOR: VALDEMAR COSTA NETO

ISRAEL PINHEIRO
EULER RIBEIRO
PAULO TITAN
PEDRO PAVAO
RODRIGUES PALMA
JOSE SANTANA DE VASCONCELLOS
JOSE EGYDIO
JOAQUIM SUCENA
NELSON BORNIER
BENEDITO DE FIGUEIREDO
RIBEIRO TAVARES
MAVIAEL CAVALCANTI
NEUTO DE CONTO
GEORGE TAKIMOTO
MARINO CLINGER
MAURO SAMPAIO
LEZIO SATHLER
PAULO DUARTE
ODELMO LEAO
RICARDO FIUZA
IRMA PASSONI
JOSE MUCIO MONTEIRO
JOSE FORTUNATI
FRANCISCO SILVA
JAIR BOLSONARO
CARLOS SANT'ANNA
ROBERTO BALESTRA
LUIZ CARLOS SANTOS
DIOGO NOMURA
GENESIO BERNARDINO
FATIMA PELAES
PAES LANDIM
MAURICIO CAMPOS
SALATIEL CARVALHO
CARLOS AZAMBUJA
FERNANDO CARRION
RONALDO PERIM
EDMUNDO GALDINO
AECIO NEVES

JOSE ELIAS
OSVALDO REIS
SIDNEY DE MIGUEL
ULDURICO PINTO
MARILU GUIMARAES
SERGIO GUERRA
NESTOR DUARTE
GONZAGA MOTA
RITA CAMATA
ARY KARA
DENI SCHWARTZ
DEJANDIR DALPASQUALE
EUCLYDES MELLO
AMAURY MULLER
RUBEM MEDINA
LUCIA VANIA
ELIAS MURAO
MAURO MIRANDA
CARLOS ALBERTO CAMPISTA
DARCI COELHO
MURILO PINHEIRO
LOURIVAL FREITAS
JESUS TAJRA
ARMANDO VIOLA
MURILO REZENDE
GASTONE RIGHI
JOSE CARLOS ALELUIA
LEOPOLDO BESSONE
BONIFACIO DE ANDRADA
FELIX MENDONCA
GERMANO RIGOTTO
ADROALDO STRECK
JOAO THOME
JOSE GENOINO
NAPHTALI ALVES DE SOUZA
KOYU IHA
JOAO TEIXEIRA
ELISIO CURVO
BETO MANSUR

PINHEIRO LANDIM
REDITARIO CASSOL
ROSE DE FREITAS
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS
BENEDITO DOMINGOS
ZAIRE REZENDE
JORGE KHOURY
OSMANIO PEREIRA
EXPEDITO RAFAEL
ALCESTE ALMEIDA
NILTON BAIANO
JULIO CABRAL
OSORIO ADRIANO
SERGIO AROUCA
LAERTE BASTOS
TOURINHO DANTAS
JOAO MAIA
GILVAM BORGES
NEIF JABUR
MARCOS FORMIGA
VICTOR FACCIONI
IVO MAINARDI
VIRMONDES CRUVINEL
MAURICIO NAJAR
HELVECIO CASTELLO
RENATO JOHNSON
JERONIMO REIS
NELSON MORRO
AROLD GOES
OSVALDO MELO
LEOMAR QUINTANILHA
JOSE LINHARES
IVANIO GUERRA
MARCO PENAFORTE
CUNHA BUENO
FABIO FELDMANN
PEDRO CORREA
ALBERTO HADDAD
MARIO CHERMONT

ANNIBAL TEIXEIRA
 AECIO DE BORBA
 NELSON MARQUEZELLI
 JONAS PINHEIRO
 PEDRO NOVAIS
 JUTAHY JUNIOR
 ORLANDO PACHECO
 TELMO KIRST
 ATILA LINS
 ROBERTO TORRES
 MERVAL PIMENTA
 WANDA REIS
 DANIEL SILVA
 JONIVAL LUCAS
 JOSE LOURENCO
 FETTER JUNIOR
 MANOEL CASTRO
 MUSSA DEMES
 FELIPE NERI
 JOAO DE DEUS ANTUNES
 ZUCA MOREIRA
 OSVALDO BENDER
 JOAO PAULO
 MANOEL RIBEIRO
 WILSON MULLER

HEITOR FRANCO
 VITAL DO REGO
 LAIRE ROSADO
 AROLDO CEDRAZ
 JOAO HENRIQUE
 SERGIO CURY
 ALBERTO GOLDMAN
 IBRAHIM ABI-ACKEL
 ARMANDO PINHEIRO
 FRANCISCO EVANGELISTA
 ROBSON TUMA
 WALTER NORY
 NELSON TRAD
 ALVARO RIBEIRO
 FLAVIO PALMIER DA VEIGA
 ARIOSTO HOLANDA
 JOAO FAUSTINO
 PAULO BAUER
 LUIZ CARLOS HAULY
 AUGUSTINHO FREITAS
 ERNESTO GRADELLA
 HAGAHUS ARAUJO
 DOMINGOS JUVENIL
 ARMANDO COSTA
 JONES SANTOS NEVES

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS POLÍTICOS

.....

*Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I – plebiscito;
- II – referendo;
- III – iniciativa popular.

§ 1.º O alistamento eleitoral e o voto são:

- I – obrigatórios para os maiores de dezoito anos;
- II – facultativos para:
 - a) os analfabetos;
 - b) os maiores de setenta anos;
 - c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2.º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3.º São condições de elegibilidade, na forma da lei:

- I – a nacionalidade brasileira;
- II – o pleno exercício dos direitos políticos;
- III – o alistamento eleitoral;
- IV – o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V – a filiação partidária;
- VI – a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

§ 4.º São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

§ 5.º São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito.

§ 6.º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

§ 7.º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 8.º O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

- I – se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;
- II – se contar mais de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

§ 9.º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

§ 10. O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

§ 11. A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

TÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

.....

CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO

.....

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

.....

XV – autorizar referendo e convocar plebiscito;

.....

.....

SEÇÃO VIII
DO PROCESSO LEGISLATIVO

.....

SUBSEÇÃO II
DA EMENDA A CONSTITUIÇÃO

.....

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

I – de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

II – do Presidente da República;

III – de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

§ 1.º A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.

§ 2.º A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.

§ 3.º A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

§ 4.º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

- I - a forma federativa de Estado;
- II - o voto direto, secreto, universal e periódico;
- III - a separação dos Poderes;
- IV - os direitos e garantias individuais.

§ 5.º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

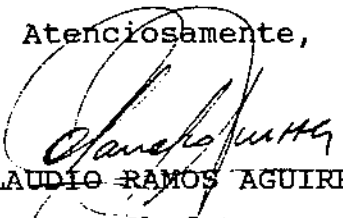
Brasília, 15 de dezembro de 1994.

Senhor Secretário-Geral:

Comunico a Vossa Senhoria que a Proposta de Emenda à Constituição, do Sr. Valdemar Costa Neto, que "Institui o voto facultativo", contém número suficiente de signatários, constando a referida proposição de:

- 168 assinaturas válidas;
- 001 assinatura de apoio;
- 001 assinatura repetida; e
- 003 assinaturas que não conferem.

Atenciosamente,


CLAUDIO RAMOS AGUIRRA
Chefe

A Sua Senhoria o Senhor
Dr. MOZART VIANNA DE PAIVA
Secretário-Geral da Mesa
Câmara dos Deputados
N E S T A